

A DIFERENÇA NEGRA E INDÍGENA NO TERRITÓRIO: OBSERVAÇÕES ACERCA DE FORTALEZA E DO CEARÁ

(LA DIFERENCIA NEGRA Y INDÍGENA EN EL TERRITORIO: OBSERVACIONES SOBRE FORTALEZA Y CEARÁ)

(LA DIFFERENCE NOIRE ET INDIGENE AU TERRITOIRE: DES OBSERVATIONS SUR FORTALEZA ET DU CEARÁ)

RESUMO

Este artigo trata da presença diferencial negra e indígena no território que corresponde ao estado do Ceará em dois planos: o simbólico e o territorial. A primeira parte advém de uma observação das marcas espaciais da colonialidade no espaço urbano de cidades brasileiras, com foco em Fortaleza, e a outra trata do quadro de reaparecimento político que vem desde os anos 1990. O trabalho está redigido com base em percursos pela capital e também em estudos bibliográficos interdisciplinares.

Palavras-chave: diferença, território, negro, indígena.

RESUMEN

Este artículo se ocupa de la presencia diferencial negra y indígena en el territorio correspondiente al estado de Ceará en dos planos: lo simbólico y territorial. La primera parte trata de una observación de las marcas de espacio del colonialismo en las zonas urbanas de las ciudades brasileñas, centrándose en Fortaleza, y la otra analiza el escenario de reaparición política que se remonta a la década de 1990. El trabajo se elaboró en base a rutas de senderismo a través de la capital y en estudios bibliográficos interdisciplinarios.

Palabras clave: diferencia, territorio, negro, indígena.

RESUMÉ

Cet article traite de la présence différentiel noire et indigène au territoire correspondant à l'état du Ceará en deux plans: le symbolique et le territoriale. La première partie vient d'une observation des marques de la colonialité dans l'espace urbaine des villes brésiliennes, se concentrant à Fortaleza, et l'autre traite de la résurgence politique qui remonte aux années 1990. Le travail est élaboré sur la base des routes pour la capitale et aussi dans les études bibliographiques interdisciplinaires.

Mots-clés: différence, territoire, noir, indigène.

ALEX RATTS

Mestre em Geografia (USP), doutor em Antropologia Social (USP) com estágio pós-doutoral em Geografia (UFC), professor associado na Universidade Federal de Goiás (UFG) alex.ratts@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Um trajeto a pé ou de carro pelas áreas mais turísticas de Fortaleza – Centro, Praia de Iracema, Beira-Mar e Mucuripe – possibilita o contato com marcas simbólicas da presença indígena e negra representada, sobretudo, em monumentos e nomes de ruas. Nas mídias regionais hegemônicas tornou-se comum o aparecimento de notícias acerca de grupos indígenas e comunidades negras que confrontam uma versão regional do “mito das três raças” muito em voga até algumas décadas atrás: a ideia da “quase ausência do negro” e do “desaparecimento indígena” no Ceará.

Neste artigo trato da presença diferencial negra e indígena no território cearense em dois planos: o simbólico e o territorial. A primeira parte advém de uma observação das marcas da colonialidade no espaço urbano de cidades brasileiras e a outra trata do quadro de reaparecimento político que vem desde os anos 1990 (RATTS, 1996). O trabalho está redigido com base em percursos pela capital e também em estudos bibliográficos interdisciplinares, com uma perspectiva geográfica e antropológica.¹

MARCAS DA COLONIALIDADE NO ESPAÇO URBANO: TOPONÍMIA E MONUMENTOS EM FORTALEZA

As cidades brasileiras que passaram pela virada do século XIX para o XX e que abrigaram populações negras e indígenas trazem monumentos e nomes de ruas e bairros que remetem à espacialidade colonial. De Belém a Porto Alegre, estas cidades foram “modernizadas”, passando por alargamento de vias, construção de logradouros e, muitas vezes, com o custo da remoção de populações pobres. É o caso de Fortaleza. O estudo de Costa (2014) apresenta sinteticamente este quadro para o centro da capital cearense no final do século XIX:

Em 1875, Herbster elaborou a “Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios”, influenciado pelo urbanismo do Barão Haussmann, reformador de Paris (1853-1870). Nela, Herbster projetou uma sequência de “ruas largas”, limitando o núcleo urbano da cidade e que receberiam os nomes de Boulevard do Imperador (Avenida do Imperador), Boulevard da Conceição (Avenida D. Manuel) e Boulevard do Livramento (Avenida Duque de Caxias). O plano, de traçado expansionista, levava o sistema xadrez muito além da parte construída, estendendo a cidade para leste, até a Rua da Aldeota (hoje Nogueira Acioli); para sul, até a rua dos Coelhos (Domingos Olímpio), e para oeste até as Praças Gustavo Barroso e Paula Pessoa. O alinhamento de algumas ruas exigiu a eliminação de alguns arruados. (p. 105-106).

O quadrilátero central, que se complementa com a praia e as principais avenidas, traz as seguintes referências: ao Imperador Pedro II (Avenida do Imperador) em cuja regência se observou o investimento na formação de instituições intelectuais; a Dom Manuel da Silva Gomes, terceiro bispo do Ceará e primeiro arcebispo de Fortaleza; a Duque de Caxias, reverenciado como “patrono do exército brasileiro” que coibiu várias manifestações populares e ganhou a alcunha de “O Pacificador”. Desta forma, a circunscrição do centro da capital cearense evoca as relações entre o império e a província, entre a Igreja Católica e o Estado (o chamado padroado, ainda que a separação tenha se dado com a república). É nesta parte da capital que se

¹ Entre agosto de 2013 e fevereiro de 2015 cursei o estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal do Ceará com supervisão do professor José Borzacchiello da Silva, o que implicou em retorno à cidade e ao estado, resultando em contato com pesquisadores(as) e com ativistas dos movimentos negro, quilombola e indígena. Parte da permanência foi garantida pela bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

concentram os símbolos do que Oriá (2003; 2000) denomina de “ideário monárquico” onde a figura do Imperador Pedro II e do escritor José de Alencar têm lugar especial.

É nesta área que se situam alguns edifícios e monumentos relativos à temática em pauta: a Igreja de N. S. do Rosário, sede de uma irmandade de “pretos” nos séculos XVIII e XIX; o Museu do Ceará, antiga Assembléia Legislativa, que conta com acervo relativo aos povos indígenas e aos processos de escravização e abolição; o Passeio Público (antiga Praça dos Mártires) no qual, em 1939, os escravizados do barco Laura II amotinados contra a tripulação foram chicoteados e/ou executados (GOMES & OLIVEIRA, 2000); o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, inaugurado em 1999, cuja denominação se refere ao prático-mor (e não exatamente um jangadeiro) escolhido como um símbolo das greves de jangadeiros de 1881 que são consideradas marcos da atuação abolicionista (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 289-304; MILES, 2011, p. 114-128).

Todos os locais mencionados são tombados por órgãos federais e/ou estaduais, mas são exceções ao patrimônio nacional que até recentemente não incluía a diferença étnica e racial²:

A concepção predominante era a de se forjar uma identidade nacional para o País, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural. Aqui mesmo em Fortaleza, temos vários exemplos que dão sustentação a essa idéia. Entre os bens culturais tombados podemos citar o Passeio Público, o Theatro José de Alencar, o prédio da antiga Assembléia Provincial, a Praça General Tibúrcio, entre outros. Todos eles ligados à memória do poder ou dos setores dominantes da sociedade (ORÍÁ, 2000, p. 253)

No entanto, às vezes nos mesmos locais, outras memórias e histórias emergem. No Passeio Público há um baobá cuja placa de identificação indica que foi plantado em 1910 pelo Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e que tem sido ressignificado durante o evento “Memórias do Baobá”, organizado desde 2010 pelo Núcleo de Africanidades Cearenses da Universidade Federal do Ceará (NACE/UFC). A área tem sido utilizada por lideranças e integrantes das religiões de matriz africana, notoriamente do candomblé (dados de campo). No Centro Cultural Dragão do Mar há uma estátua em bronze do abolicionista que dá nome ao local, de autoria do escultor Murilo de Sá Toledo.

A toponímia cearense foi estudada pelo folclorista e antropólogo Florival Alves Seraine (1951; 1950; 1948; 1947), sócio do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) que se debruçou mais diretamente sobre a participação indígena, mas também trazendo a “origem afro-negra” de topônimos do estado como Cafundó, Dendê, Luanda, Mocambo, Mombaça, Quilombo, Batuque e Olho d’Água dos Negros (SERAINE, 1948, p. 278-281). Em Fortaleza, o autor destaca topônimos como: Mucuripe, Parangaba (ou Porangaba) (p. 278-281).

Várias ruas da Praia de Iracema (antiga Praia do Peixe), porto da cidade até o ano de 1950, trazem nomes de povos indígenas que habitam e ou habitaram o estado: “Tabajaras”, “Pacajus”, “Tremembés”, “Potiguaras”, “Groaíras”, “Cariris”. Cabe lembrar que o mesmo se verifica no centro de Belo Horizonte, capital mineira construída em 1897, o que permite pressupor uma retomada das referências indígenas no século XX com ideário nativista ou romântico, à semelhança das estátuas. Em Goiânia, cidade fundada em 1933, vários monumentos da área central trazem referência ao mundo colonial, a exemplo do “Bandeirante”, menção a Bartolomeu Bueno da Silva, e o Monumento às Três Raças.

O caso das várias estátuas de Iracema, personagem indígena do romance de José de Alencar, merece uma reflexão mais demorada. Em 1965, por ocasião do centenário do livro, foi

² Desde os anos 2000 o IPHAN e alguns órgãos estaduais têm reconhecido o patrimônio imaterial do país, voltando-se muitas vezes para saberes e lugares negros e indígenas. No entanto, a remoção de população e o apagamento de marcas espaciais estão presentes nos processos de urbanização e de patrimonialização (GUIMARÃES, 2015).

inaugurada uma escultura de autoria do pernambucano Corbiniano Lins que retrata a personagem seminua e portando arco e flecha, tendo aos seus pés o colonizador Martim Soares Moreno e o filho dos dois, Moacir³.

Há uma polêmica com outra estátua inaugurada em 1996, mas aparentemente prevista para o referido aniversário da obra, planejada pelo artista plástico cearense Zenon Barreto. Esta segunda estátua, denominada de “Iracema Guardiã”, traz uma indígena estilizada, nua, portando um grande arco (PARENTE & LIMA, 2015). Há uma terceira estátua em homenagem a Iracema localizada na lagoa de Messejana.

Como nos lembra Silva (2002), os lugares, os símbolos, dizem da cidade, do estado e da sociedade que a formam. Prossegue o autor:

Fortaleza pode ser a Praia de Iracema – seu mito fundador, figura mítica que povoa o imaginário cearense e brasileiro. A Iracema em forma de estátua, está ali, próxima do Mucuripe, na foz do [Riacho] Maceió hoje agonizante. Apareceu também lá na Praia Iracema. Símbolo de tanto tempo agora esquecido, negado. Pode estar no [Centro de Arte e Cultura] Dragão do Mar, no [Bar] Pirata. Da jangada, arco e flecha, ficaram os vestígios mas... onde estaria a Iracema? Foi vista na Parangaba. (p. 125).

O romance de José de Alencar, sendo documento escrito, literário também é parte do mito, da memória e da história (PORTO ALEGRE, 2003) e está aberto a várias interpretações. A casa do escritor está em Messejana como patrimônio de recorrente visitação.

Como se pode perceber, na cidade “modernizada” e na sua vasta área de influência alguns símbolos do período colonial e imperial são reiteradamente acionados, ou seja, marcos da colonialidade que é o outro lado da modernidade (MIGNOLO, 2003, p. 23-73). O período que para as Américas compreende os processos combinados de colonização, escravização (ameríndia e africana), cristianização e imigração é interpretado como universal, sendo que também é diferenciado e desigual. As noções de “negro”, “africano”, “indígena”, “escravo” foram e são redefinidas neste horizonte por agentes hegemônicos e outros subalternizados. São imagens em confronto. Nossa formação socioespacial está repleta destas nomeações e marcações, sem que isto resulte em garantia de defesa de indivíduos, grupos e territórios racializados e etnicizados.

No caso das imagens referentes a índios e negros como constituintes de um passado, mas não de uma contemporaneidade insurgente, incômoda para certos grupos, reserva-se aos primeiros, a(s) figura(s) idílica(s) do romantismo (PORTO ALEGRE, 2003), e para os segundos, o lugar encapsulado de escravizado, com algumas exceções, caso do Dragão do Mar. Há uma ênfase na libertação no Ceará em 1884 enquanto processo que se antecipa ao nacional; a Avenida Raimundo Girão era denominada de “Abolição” antes de receber o nome do historiador e a sede do governo estadual é chamada de “Palácio da Abolição”.

Algumas figuras negras podem ser referidas na toponímia litorânea fortalezense além do que é comumente referendado. No bairro de Meireles, próximo à Avenida Beira Mar, além da Rua Dragão do Mar, há a Rua José Napoleão, homenagem ao pescador, um homem liberto, que se envolveu na libertação de parentes e amigos junto com Simoa, também negra, com quem era casado, e foi ativo nas mobilizações pelo fim do tráfico de escravizados(as) no porto em janeiro e agosto de 1881 (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 280). José Napoleão e Simoa são pouco lembrados nas memórias abolicionistas cearenses. O grupo de mulheres negras do Cariri lhe presta uma homenagem (ALVES, 2014).

³ Esta obra sofreu diversas avarias e passou por recuperações. O artista plástico, que é negro, tem mais duas esculturas em Fortaleza: a Rendeira localizada nos jardins de uma sede de uma agência do Banco do Brasil na Avenida Duque de Caxias e o Monumento ao Vaqueiro no antigo terminal de passageiros do Aeroporto Pinto Martins que está desativado.

Ali próximo, no bairro de Mucuripe, está a Rua Manuel Jacaré, em referência a outro jangadeiro que empreendeu uma viagem ao Rio de Janeiro, então capital do país, com os colegas Mestre Jerônimo, Tatá (Raimundo Correia Lima) e Manoel Preto, para defender os direitos dos pescadores junto ao presidente Getúlio Vargas, em 1941 (GOMES, 2015). Cabe ressaltar que eles raramente são referidos como negros ou mestiços.

NEGRITUDE E INDIANIDADE EM TERRAS CEARENSES

Do plano simbólico no espaço urbano e a partir de algumas reflexões sobre a formação etnicorracial cearense (RATTS, 2009) volto à expressão territorial da presença negra e indígena no estado.

Estando situado na área que veio a se configurar como Região Nordeste, de conhecida presença negra, em grande parte devida ao trabalho escravizado de africanos(as) e descendentes, mas também liberta ou livre, o Ceará e sua capital não são identificados por essa maioria. Ao mesmo tempo, a ascendência indígena da população cearense é sobejamente acionada sem que isto implique no (re)conhecimento dos grupos indígenas contemporâneos. Por sua vez, o historiador estadunidense Billy Chandler (1974) havia problematizado que era necessário reavaliar a participação negra na composição da população cearense, para além da escravidão e da abolição:

Ao considerar a formação étnica do Ceará, acima de tudo, os negros devem ser observados como um elemento geral no deslocamento de pessoas para a área e no seu subsequente desenvolvimento e não, ligados somente com a instituição da escravidão e da campanha abolicionista. Pelos dados censitários tomados fica claro que nos primeiros anos do século XIX as pessoas livres, de inteira ou parcial ancestralidade negróide, superavam em número os escravizados. Assim - e este é o ponto crucial - a história dos negros nesta área não é principalmente a de um insignificante grupo escravizado que existia em estado de letargia sexual, mas antes de tudo um elemento geral que desempenhava um papel vital e ativo na formação étnica e na cultura da população geral.” (p. 35. Tradução minha).⁴

Em termos quantitativos Chandler se refere aos censos de 1804, 1808, 1813 que eram precários. O primeiro Recenseamento Geral do Brasil foi realizado em 1872 e, no caso cearense, mostra algo que o autor destaca: havia uma maioria negra livre e uma minoria negra escravizada (Tabela 01).

⁴ “In a consideration of the ethnic formation of Ceará, moreover, Negroes should be regarded as a general element in the movement of people to the area and in its subsequent development and not linked only with the institution of slavery and the abolitionist campaign, for the appended census data make it clear that the early 19th century free persons of full or partial Negroid ancestry outnumbered the enslaved ones. Thus - and this is the crucial point - the history of Negroes in this area is not chiefly that of a numerically insignificant enslaved group existing in a state of sexual lethargy but rather of a general element which was playing a vital and active role in the formation of the general population and its culture.” .

Tabela 01 – População do Ceará por cor, condição e gênero – 1872

	Livres				Escravos	
	Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos	Pardos	Pretos
Pop. Masc.	136.381 20%	175.091 25%	15.034 2%	27.210 4%	9.349 26%	7.782 22%
Pop. Fem.	133.270 19%	168.769 24%	15.211 2%	26.867 4%	10.286 29%	8.113 23%
Subtotal	269.651 39%	343.860 49%	30.245 4%	54.077 8%	19.635 55%	15.895 45%
Total	697.833				35.530	

Fonte: NPHED, 2012.

Merece nota o percentual de “caboclos” em torno de 8%. Um indício da diferença ainda que o período marque a difusão da ideia do “desaparecimento indígena” na província, discurso que se ancora em documentos oficiais que tratavam de aldeamentos, circunscrições em que um ou mais povos indígenas eram colocadas sob a administração colonial, quadro que marca a maioria dos grupos atuais.

No tocante a esta questão, um quadro mais geral tem sido estudado no sentido de apreensão do processo de formação dos aldeamentos indígenas, de seu paulatino desmonte e das tentativas de alguns índios de se manterem em antigas áreas após a Lei de Terras de 1850. Valle (2009) se debruça detalhadamente sobre essa documentação e sintetiza:

De fato, pode-se pensar que a questão fulcral do século XIX era a populacional. Em todos os casos tratados, evidencia-se fortemente a temática da assimilação social e cultural dos índios do Ceará, definida a partir de outros parâmetros legais e políticos. Do debate fundiário intensificado com a Lei de Terras, ficamos a par, então, de nova modalidade de assimilação, aquela do indígena como a fazer parte da ‘massa da população’, mas definindo-se por uma identidade cabocla, associada à mistura e, portanto, à dessubstancialização étnica. (p. 145).

Vale ressaltar que as sedes dos dois distritos do município de Fortaleza foram aldeamentos indígenas: Messejana (antiga Paupina) e Parangaba (antigo Arronches). Sobre esta última localidade há um relato remoto (NOGUEIRA, 1936) sobre a festa católica popular denominada de “chegada dos caboclos”. Ao tratar deste caso, Gomes (2009) traz outras áreas de presença indígena na capital e em municípios que constituem atualmente a sua região metropolitana:

Passaram-se pouco mais de quatro séculos dos primeiros encontros entre europeus e nativos na região do Siará. Comentamos sobre a (trans)formação de um grupo étnico numa situação de contato, ao longo do século XVII. De Potiguara a Algodão. Da atribuída extinção dos índios por decreto (1861) ao decorrer do século XX, pouco a pouco as comunidades indígenas no Ceará silenciaram. Proclamou-se aos quatro ventos, principalmente da Assembléia Provincial no século XIX, que no Ceará não havia mais índios ou que estavam dispersos na massa da população.

A compreensão da trajetória da etnia Potiguara é fundamental para o entendimento da formação histórico-cultural de Fortaleza e de alguns bairros da cidade, como Parangaba, Messejana e arredores (estes se constituem em espécies de núcleos urbanos de muitas povoações), e municípios próximos, como Maranguape, Maracanaú, Pacatuba e Caucaia. Tal qual, muitas outras etnias são parte fundamental da formação social d’outros lugares Ceará adentro, a espera da escrita de sua(s) história(s). (p. 180-181)

Com os grupos negros, relatos remotos (NOGUEIRA, 1934) e estudos recentes (MARQUES, 2009) indicam a presença de irmandades negras católicas e dos chamados Reis Congos, um deles em atividade em milagres no Cariri (NUNES, 2011). Na capital há vários maracatus desde meados do século XX (SILVA, 2004), assim como recentemente foram criados vários afoxés, como pude observar em campo. As religiões de matriz africana, notoriamente o candomblé e a umbanda tem sido estudadas, por vezes incorporando a perspectiva “de dentro” (ANDRADE JR., 2009).

Entre a demografia e a cultura, entre os discursos jurídico-políticos e histórico-geográfico-antropológicos vai se constituindo no Ceará a versão regional da extinção dos índios e da ausência negra, incluindo ideias que se repetem no senso comum acadêmico. No contexto do final da ditadura militar (1978-1985) os movimentos sociais se (re)organizam, com destaque para o movimento negro e indigenista, mas também para a emergência étnica de grupos indígenas e mais recentemente de quilombolas e ciganos.

Para o quadro recente, podemos recomençar com a demografia. Considerando-se o somatório de “pretos” e “pardos”, como se tem convencionado na pesquisa demográfica, sociológica, antropológica e geográfica, os dados do Censo de 2010 nos permitem apontar que o Ceará é um estado de maioria negra com percentuais acima do país e um pouco abaixo da região.

Tabela 02 – População do Brasil, Nordeste e Ceará por cor/raça – 2010

Tabela 62 População do Brasil, Nordeste e Ceará por cor/raça 2010							
Brasil, UF, Região	Dados de cor/raça						
Cor ou raça	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	190.755.799	90.621.281	14.351.162	2.105.353	82.820.452	821.501	36.051
	100,00%	47,51%	7,52	1,10%	43,42%	0,43%	0,02
Nordeste	53.081.950	15.488.292	5.013.783	631.563	31.731.631	209.457	7.224
	100,00%	29,18%	9,45%	1,19%	59,78%	0,39%	0,01
Ceará	8.452.381	2.674.841	385.207	103.879	5.268.305	19.987	162
	100,00%	31,65%	4,56%	1,23%	62,33%	0,24%	0,00

Fonte: IBGE, 2010.

Se no Brasil temos 50,94% de negros, na região Nordeste este percentual é de 69,23% e no Ceará é de 66,89%. Como se pode verificar no apêndice, este número fica em 62,28% em Fortaleza e 64,61% na região metropolitana da capital. O percentual de indígenas no estado fica abaixo de média nacional e regional, mas em números absolutos é significativa a quantidade de indivíduos que se afirmaram indígenas no questionário básico do IBGE: cerca de 20 mil.

A demografia contemporânea mantém parte das denominações individuais e coletivas que se situam entre a linguagem popular e a utilizada pelo estado para a identificação étnica e racial, assim como entre os(as) estudiosos(as) deste campo. Os termos “preto” e “pardo” eram utilizados nas irmandades católicas que podiam contar com integrantes “brancos”. A ideia de “pessoa de cor” não se coloca hoje, mas persiste a concepção de que alguns indivíduos são mais marcados racialmente que outros.

A expressão demográfica não se coaduna com a imagem que cearenses de vários segmentos sociais têm de si mesmos(as). Por que o Ceará não é visto como um estado negro ou de maioria negra? Um dos pressupostos pode ser o arraigado discurso sobre a mestiçagem que nega a participação negra na formação etnicorracial regional e aciona ascendência indígena remota sem identificação (fixada em expressões como “a bisavó ou a avó pegada a laço”, o que indica a violência contra as mulheres). Contraditoriamente, na escala local, em Caucaia, em Itarema, em Pacatuba ou Maracanaú, é conhecida a presença Tapeba, Tremembé e Pitaguary, respectivamente. Da mesma forma acontece com as comunidades negras de Aquiraz, Tururu e das áreas dos Inhamuns e do Cariri.

Os agentes hegemônicos centrados em Fortaleza, a cidade que se metropoliza rapidamente e “impressiona” (SILVA, 2002, p. 123), onde os índios parecem ter sido empurrados “sertão adentro” ou permanecidos na “cor de seus habitantes”, se dividem entre a seletividade culturalista e a negação do que é sertanejo, popular, negro e indígena. A política cultural que se materializa nas instituições e nos eventos está permeada por esse paradoxo.

Em um estudo dos anos 1980 acerca da afirmação étnica no Nordeste – “de caboclo a índio” – os Tremembé eram considerados “povos não reconhecidos que assumem muito tenuamente uma etnicidade, não a mobilizando com expressão política” e os Tapeba, “povos não reconhecidos pelo Estado brasileiro com presença marcante de mobilização” (SAMPAIO, 1986, p. 23). Nesta década de 2010 os movimentos indígena e indigenista apontam 15 situações no estado que podem se configurar em mais áreas: Anacé; Canindé; Cariri (do Crato); em Crateús, Potiguara, Tabajara, Cariri, Calabaças e Tupinambá de Crateús, Jenipapo-Canindé, Pitaguari, Poranga: Calabaças e Tabajara; Potiguara da Paupina, Potiguara do Ceará (de Novo Oriente), na Serra das Matas: Potiguara do Ceará, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia; Tabajara (do Olho-d'Água dos Canuto); Tabajara (de Quiterianópolis); Tapeba; Tapuia-Cariri; e Tremembé (Fonte: http://www.anai.org.br/povos_ce.asp). Há uma produção crescente de estudos antropológicos, sociológicos, pedagógicos e de outras áreas acerca de vários destes grupos.

A formação do movimento negro cearense contemporâneo tem sido narrada e estudada a partir da organização do Grupo de União e Consciência Negra em 1982 no bairro Jardim Iracema, área popular da parte leste da capital (SOUSA, 2006; NASCIMENTO, 2012). No entorno, nos bairros de Antônio Bezerra, Padre Andrade e Quintino Cunha – alguns estudos (RATTS, 1996; 2001) reconheceram ali a presença de migrantes da localidade de Conceição dos Caetano. Na área leste da cidade, de maior crescimento imobiliário e de notória desigualdade socioespacial, os mesmos estudos registraram nas chamadas Comunidades do Trilho, no bairro de Aldeota e adjacências, assim como no Mucuripe a presença de outras famílias advindas das comunidades negras de Goiabeiras e Lagoa do Ramo situadas no município de Aquiraz.

Vale ressaltar que a existência de grupos negros, quilombolas e indígenas, rurais ou urbanos, organizados (ou não) enquanto movimentos sociais não depende de um grande percentual demográfico, como é o caso da existência de quilombos, terras indígenas e de inúmeras expressões culturais e religiosas negras no centro-sul do país.

Como apontavam os folcloristas e antropólogos dos anos 1950, o sul do Ceará, particularmente o Cariri é uma área de concentração negra, com antigos engenhos, canaviais e com a atual presença de reisados, quilombos, grupos do movimento negro e terreiros de religiões de matriz africana. Segundo a Superintendência Regional do Instituto de Colonização Agrária no Ceará (INCRA, 2014) que agrega os dados da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará (CERQUICE), os quilombos estão distribuídos por todo o estado com algumas aglomerações, além do Cariri, sobretudo no chamado Sertão dos Inhamuns (fronteira com o Piauí), no norte do Estado, incluindo a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), particularmente nos municípios de Aquiraz, Caucaia, Horizonte e Pacajus. Neste campo há uma produção crescente acerca de várias destas localidades nas áreas de Antropologia, Sociologia e Educação, dentre outras.

Todos os grupos indígenas situados na região metropolitana têm problemas de reconhecimento e de enfrentamento territorial; os Tapeba em Caucaia com agentes locais, vários deles alocados ou ligados ao governo municipal, que não reconhecem a extensão territorial de sua área; os Anacé situados em São Gonçalo do Amarante e também em Caucaia são afetados pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) projeto do governo estadual com grupos empresariais nacionais e estrangeiros (MEIRELES, BRISSAC & SCHETINO, 2012); os Pitaguary distribuídos entre Maracanaú e em Pacatuba, mais particularmente no último município, têm problemas com o uso de uma serra para extração de calcário destinado à construção civil (MAGALHÃES, 2007); por fim, os Jenipapo-Kanindé em Aquiraz que tiveram problemas com a tentativa de construção de um resort e com a fábrica Ypióca de aguardente (em

conflito com o uso da Lagoa da Encantada) (LUSTOSA, 2014). A cidade-metrópole, lócus de intensa migração do campo e do interior desde os anos 1960, onde um quarto da população reside em favelas (SILVA, 2000), tornou-se o centro de decisões, ainda que consideremos os processos globalizantes:

É realmente Fortaleza, malgrado a pobreza reinante entre a maioria da sua população, a grande cidade que comanda praticamente toda a vida de relações do Estado. Ao mesmo tempo, ela impede que as cidades do interior tenha uma ação maior nas suas respectivas áreas de influência (SILVA, 2000, p. 236).

Apesar desta concentração, inclusive de importância política para os grupos étnicos e raciais referidos, o interior teve e tem sua movimentação política, a exemplo dos movimentos quilombolas e indígenas, que se voltam para a identidade, a cultura, a educação e o território. Merecem destaque os espaços museológicos que várias etnias criaram (GOMES & VIEIRA NETO, 2009).

Há no estado um processo crescente de afirmação e disputa territorial que recebe a atenção de pesquisadores(as), alguns(umas) dos quais são ativistas, como é o caso de publicações coletivas como “Ceará: Terra da Luz, Terra dos Índios” (PINHEIRO, 2002); “A comunidade Tremembé: meio ambiente e qualidade de vida” (SAMPAIO, VERÍSSIMO E SOUZA, 2002); “Negros no Ceará: história, memória e etnicidade” (HOLANDA, 2009); “Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará” (PALITOT, 2009); “Artefatos da cultura negra no Ceará” (CUNHA JR.; SILVA & NUNES, 2011) e “Africanidades caucaieiras” (PETIT & SILVA, 2013), dentre outras. Em coletâneas sobre história, geografia e cultura cearenses é comum a inclusão de artigos que tratam de grupos indígenas e negros (SOUZA, 2002; CHAVES, 2002; CARVALHO, 2003).

MAPAS INCONCLUSOS

A partir da cidade que se metropoliza a presença diferencial de grupos etnicorraciais no território cearense pode ser observada por vários ângulos. Tratei de apenas dois. Poderia ter enveredado pela literatura regional e local, pelos memorialistas, pelos(as) folcloristas, antropólogos(as), geógrafos(as) e outros(as) estudiosos(as).

Retomando o exemplo da área metropolitana de Fortaleza, observo que em municípios como Aquiraz e Caucaia há tanto comunidades indígenas, quanto quilombolas, o que ainda não foi analisado em conjunto, agregando o quadro etnicorracial da capital aqui mencionado. O reconhecimento destes grupos e de seus representantes pode ser pensado como um duplo processo de desconstrução de estereótipos e de afirmação de coletividades e lideranças, entremeados com estudos e pesquisas.

De um lado, a noção de “descoberta” utilizada por jornalistas, repórteres e até pesquisadores(as) não faz sentido em se tratando de localidades negras e indígenas centenárias. Esta ideia é bastante acionada no léxico colonial e perdura na imaginação coletiva referente à identificação destes grupos onde não são adequadamente reconhecidos. Para além da mídia impressa e de outras fontes, o aparecimento político de grupos negros e indígenas, sobretudo em áreas rurais, vem crescendo no estado e tendo como ponto de inflexão a formação dos movimentos quilombola e indígena.

De outro, a noção de geografia imaginativa de Edward Said (1990), pertinente ao “orientalismo” e relativa a uma longa elaboração que envolve relatos, mapas, arte (literatura, fotografia, cinema, música) é propícia para pensar o quadro em pauta. O saber geográfico acadêmico bastante eurocentrado (SANTOS, 2010) tem sido deslocado por várias produções e discursos que trazem as trajetórias de indivíduos e grupos em contexto de descolonização ou de decolonialidade.

O Ceará enquanto recorte político, jurídico e cultural do estado brasileiro, tem problemas e condições específicas em sua história e geografia para fundamentar uma compreensão que vá além das noções comuns que permeiam as instituições da educação básica e superior de um país “mestiço” e harmônico. É nos mesmos sítios educacionais que uma estratégia plural de reconhecimento da diferença e da desigualdade étnica e racial está em curso.

A Geografia, considerando as áreas de estudo desta ciência – urbana, agrária, população, escolar, ambiental – em aproximação com a História, a Antropologia e a Sociologia e tendo como foco a presença negra, quilombola e indígena, se mostra profícua para tratar de uma questão duplamente antiga e contemporânea, assim como a modernidade que carrega como seu duplo a colonialidade. As categorias de pensamento – lugar, paisagem, território, rede, escala, ambiente – têm sido utilizadas em inúmeros trabalhos relativos ao Ceará, ao Brasil e aos vínculos do país com América Latina, África e Ásia para além do centramento na Europa.

Diversos mapas estão sendo feitos, em grande parte por aqueles(as) que foram tratados como “Outros” que deixaram e deixam inscritos os fragmentos de sua narrativa sobre o mundo de forma resistente face aos processos de colonização, escravidão, exploração, catequização, silenciamento e segregação. O mapa da diferença étnica e racial, brasileira e cearense, está sendo redesenhado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Karla Jaqueline Vieira. **As filhas deste solo**. 2014. Disponível em: <<https://pretassimoa.wordpress.com/2014/03/25/as-filhas-deste-solo/>>. Acessado em: 21/09/2015.

ANDRADE JR., Cleudo Pinheiro de. Estratégias de preservação dos cultos afro-religiosos ou o negro cearense e o jeito camaleão de dizer sua fé. In: HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). **Negros no Ceará: história, memória e etnicidade**. Fortaleza: SECULT, 2009, p. 141-178.

CARVALHO, Gilmar (Org.). **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. 340p.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1994 p. 43-90.

CHANDLER, Billy J.. The Role of Negroes in the Ethnic Formation of Ceará: the Need for a Reappraisal. **Revista de Ciências Sociais**. Vol. IV, Nº. 1, 1973, p. 31-43.

CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. 384p.

COSTA, Clélia Lustosa da. **Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo CXXVIII, 2014, p. 81-111.

CPI-SP (Comissão Pró-Índio de São Paulo). **A cidade como local de afirmação dos povos indígenas**. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos São Paulo, 2013.

CUNHA JR, Henrique; SILVA, Joselina & NUNES, Cícera (Org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: editora da UFC, 2011.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina minha nega, tão querendo te vendê...”**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT, 2011. 336p.

GOMES, Alexandre Oliveira. A saga de Amanay, o Algodão, e dos índios da Parangaba. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza, SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p. 155-192.

GOMES, Alexandre Oliveira & VIEIRA NETO, João Paulo. **Museus e memória indígena no Ceará**: uma proposta em construção. Fortaleza: SECULT, 2009. 264p.

GOMES, Alexandre Oliveira & OLIEVIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. In: **Museologia e Patrimônio**. Vol. 3, No 2, 2010, p. 42-55.

GOMES, Arilson dos. Os movimentos sociais das “Gentes do Mar” no Brasil (1881-1951). **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, mar. 2015/abr. 2015, p.13-26.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro**: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. Tese de doutorado em Geografia. Salvador, UFBA, 2015.

HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). **Negros no Ceará**: história, memória e etnicidade. Fortaleza: SECULT, 2009. 240p.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Mapa das Comunidades Quilombolas**. Fortaleza, INCRA, Janeiro/2014.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. Jenipapo-Kanindé da Lagoa encantada, reelaboração étnica e território: transversalidades do turismo. **Raízes**, v.34, n.2, jul-dez /2014, p. 66-84

MAGALHÃES, Eloi. **Aldeia! Aldeia!**: a formação histórica do grupo indígena Pitaguary e o ritual do toré. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza, UFC, 2007. 209p.

MARQUES, Janote Pires Marques. **Festas de negros em Fortaleza**: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. 264p.

MEIRELES, Antônio Jeovah, BRISSAC, Sérgio & SCHETINO, Marco Paulo. O povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 4, nº 1, Jan./Jun. 2012, p. 115-235.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, poderes globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. 506p.

MILES, Tshombe L.. **A luta contra a escravidão e o racismo no Ceará**. Fortaleza: fundação Demócrito Rocha, 2011. 194p.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do Nascimento. **Memórias organizativas do movimento negro cearense**: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta. Dissertação de mestrado em Educação. Fortaleza, UFG, 2012. 189p.

NOGUEIRA, João. A Chegada dos Caboclos. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo L, 1936, p. 115-118.

_____. Os Congos. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLVIII, 1934, p. 89-115. NPHED (Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica). **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. Belo Horizonte, NPHED, 2012.

NUNES, Cícera. **Os Congos de Milagres e africanidades na educação no Cariri Cearense**. Tese de doutorado em Educação. Fortaleza, UFC, 2011. 148p.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Rev. Espacialidades**. 2009, vol. 2, no. 1, p. 01-31. Disponível em <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/arimatea.pdf>> Acessado em: 21/09/2015.

ORÍÁ, Ricardo. O Ceará de pedra e bronze: os monumentos históricos em praça pública. In: CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de corpo e alma**: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fortaleza, Instituto do Ceará, 2002, p.178-184.

_____. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 215-236.

PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza, SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009. 462p.

PARENTE, Tiago Coutinho & LIMA, Manoel Ricardo de. Quando as estátuas pensam a cidade: Iracema Guardiã. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

PINHEIRO, Joceny de Deus. (Org.). Ceará: Terra da Luz, Terra dos Índios. Fortaleza: Ministério Público Federal / FUNAI / IPHAN, 2002, p. 81-102.

PETIT, Sandra Haydée & SILVA, Geranilde da Costa e (Org.). **Africanidades caucaienenses**: saberes, conceitos e sentimentos. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2013. 206p.

PINHO, Fernando Augusto Souza. Paris, Rio de Janeiro, Belém: circulação de idéias e práticas na modernização das cidades brasileiras na virada do século XX. **Anais da XVI Semana de Planejamento Urbano e Regional Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/pdfs/resfernandopinho.pdf>. Acessado em: 21/09/2015.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Esboço de Iracema: o índio e a cultura brasileira. In: CARVALHO, Gilmar (Org.). **Bonito pra chover**: ensaios sobre a cultura cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003, p. 311-334.

RATTS, Alex. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: SECULT, 2009.

_____. **“O mundo é grande e a nação também”**: identidade e mobilidade em territórios negros. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo, PPGAS/USP, 2001. 167p.

_____. **Fronteiras invisíveis**: territórios negros e indígenas no Ceará. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo, PPGEIO/USP, 1996. 210p.

SAID, Edward. **O Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. [1ª edição inglesa: 1978].

SAMPAIO, José Augusto Laranjeira. **De Caboclo a Índio**: etnicidade e organização social entre os povos indígenas no Nordeste do Brasil. O Caso Kapinawá. Projeto de pesquisa em Antropologia Social. Campinas, Unicamp, 1986. 120p.

SAMPAIO, José Levi; VERÍSSIMO, Maria Elisa Zanelli & SOUZA, Maria Salete (Org.). **A comunidade Tremembé**: meio ambiente e qualidade de vida. Fortaleza: Edições INESP, 2002. 178p.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre** N°. 34, 2010, p. 141-160.

SERAINÉ, Florival. Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LIX, 1951, p.156-205.

_____. Contribuição ao estudo da influência indígena no linguajar cearense. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LXIV, 1950, p. 05-16.

_____. Contribuição à toponímia cearense. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LXII, 1948, p.266-285.

_____. Contribuição à toponímia cearense. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LXI, 1947, p.216-235.

SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da. **Vamos Maracatucá!**: um estudo sobre os maracatus cearenses. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife, PPGAS/UFPE, 2004. 151p.

SILVA, José Borzacchiello. Fortaleza, mar e sertão. In: CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de corpo e alma**: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 123-129.

_____. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 215-236.

SOUZA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Da "negrada negada" a negritude fragmentada**: o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995). Dissertação de mestrado em História Social. Fortaleza, UFG, 2006. 191p.

SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2000. 448p.

VALLE, Carlos Guilherme do. Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre o desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p. 107-154.

APÊNDICE

População dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por cor/raça – 2010

Município	Cor/raça						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
	100,00	33,75	4,60	1,34	60,01	0,30	0,00
Aquiraz	72628	19045	2267	1262	49762	292	-
	100	26,22	3,12	1,74	68,52	0,4	-
Cascavel	66142	18019	1921	268	45905	30	-
	100	27,24	2,9	0,41	69,4	0,04	-
Caucaia	325441	88369	17847	4513	211708	3004	-
	100	27,15	5,48	1,39	65,05	0,92	-
Chorozinho	18915	5674	738	65	12433	5	-
	100	30	3,9	0,34	65,73	0,03	-
Eusébio	46033	14653	3127	818	27307	128	-
	100	31,83	6,79	1,78	59,32	0,28	-
Fortaleza	2452185	888933	108349	32732	1418832	3315	24
	100	36,25	4,42	1,33	57,86	0,14	0
Guaiúba	24091	5627	1169	340	16945	10	-
	100	23,36	4,85	1,41	70,34	0,04	-
Horizonte	55187	16664	2238	687	35565	32	-
	100	30,2	4,06	1,25	64,44	0,06	-
Itaitinga	35817	8328	2158	230	25101	-	-
	100	23,25	6,02	0,64	70,08	-	-
Maracanaú	209057	60203	9575	3171	133465	2643	-
	100	28,8	4,58	1,52	63,84	1,26	-
Maranguape	113561	33472	6957	1432	71554	131	15
	100	29,48	6,13	1,26	63,01	0,11	0,01
Pacajus	61838	16414	2376	703	42345	-	-
	100	26,54	3,84	1,14	68,48	-	-
Pacatuba	72299	18888	3472	562	48549	829	-
	100	26,12	4,8	0,78	67,15	1,15	-
Pindoretama	18683	4999	1081	216	12387	-	-
	100	26,76	5,79	1,15	66,3	-	-
São Gonçalo do Amarante	43890	11026	1795	347	30687	35	-
	100	25,12	4,09	0,79	69,92	0,08	-
Total	3.468.137	1.170.596	159.533	46.452	2.081.133	10.384	39

Fonte: IBGE, 2010.

Trabalho enviado em dezembro de 2015
Trabalho aceito em janeiro de 2016